

PROFESSORES DE GEOGRAFIA E O ENSINO DO CONCEITO DE FRONTEIRA NA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE FOZ DO IGUAÇU-PR

Juliana Tonin¹

Marcelo Augusto Rocha²

RESUMO: Este artigo analisou como professores de Geografia do Ensino Fundamental, da rede estadual de Foz do Iguaçu-PR, compreendem o conceito de fronteira e o mobilizam em suas práticas pedagógicas. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, foi realizada com 11 docentes, selecionados por amostragem em cadeia, denominada como bola de neve. A coleta de dados ocorreu por meio da plataforma Google Forms, organizadas em dois blocos: o primeiro voltado às percepções sobre territorialidade e vivência fronteiriça entre Brasil, Paraguai e Argentina, e o segundo direcionado à prática docente, com ênfase nas formas de abordagem do conceito de fronteira e nos recursos didáticos mobilizados nas aulas. Os resultados mostram que a fronteira é compreendida de modo polissêmico pelos participantes, oscilando entre leituras mais restritas, centradas no limite territorial, e leituras mais amplas, ligadas à integração, à circulação e à diversidade cultural. O estudo também indica que o livro didático permanece como principal recurso de apoio, embora sua presença não assegure, por si só, abordagem situada do tema. Conclui-se que a vivência em contexto transfronteiriço influencia a docência, mas não garante automaticamente sua conversão em mediação pedagógica qualificada, o que reforça a importância de formação docente e de recursos didáticos mais sensíveis às especificidades locais.

Palavras-chave: Fronteiras; Territorialidade; Formação de professores; Currículo escolar; Ensino de Geografia.

¹ Mestra em Estudos Latino-Americanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos – PPGIELA. Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA. julianabadue@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5955-1515>.

² Doutor em Ensino de Ciências. Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA. marcelo.rocha@unila.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9769-0487>.

GEOGRAPHY TEACHERS AND TEACHING THE CONCEPT OF BORDER IN THE CROSS-BORDER REGION OF FOZ DO IGUAÇU-PR

ABSTRACT: This article analyzed how Geography teachers working in elementary education in the state school system of Foz do Iguaçu, Paraná, understand the concept of border and incorporate it into their pedagogical practices. The research adopted a qualitative, exploratory-descriptive approach and was conducted with 11 teachers selected through chain sampling, also known as snowball sampling. Data were collected through Google Forms and organized into two blocks: the first focused on perceptions of territoriality and border experiences among Brazil, Paraguay, and Argentina, and the second addressed teaching practice, with emphasis on ways of approaching the concept of border and on the didactic resources used in the classroom. The results show that the border is understood polysemically by the participants, ranging from narrower interpretations centered on territorial limits to broader readings related to integration, circulation, and cultural diversity. The study also indicates that the textbook remains the main support resource, although its presence alone does not ensure a situated approach to the topic. It is concluded that living in a transborder context influences teaching practice, but does not automatically guarantee its transformation into qualified pedagogical mediation, which reinforces the importance of teacher education and of didactic resources more sensitive to local specificities.

Keywords: Borders; Territoriality; Teacher education; School curriculum; Geography teaching.

PROFESORES DE GEOGRAFÍA Y ENSEÑANZA DEL CONCEPTO DE FRONTERA EN LA REGIÓN TRANSFRONTERIZA DE FOZ DO IGUAÇU-PR

RESUMEN: Este artículo analizó cómo los profesores de Geografía de la educación básica, pertenecientes a la red pública estadual de Foz do Iguaçu, Paraná, comprenden el concepto de frontera y lo movilizan en sus prácticas pedagógicas. La investigación, de enfoque cualitativo y carácter exploratorio-descriptivo, se realizó con 11 docentes seleccionados mediante muestreo en cadena, también denominado bola de nieve. La recolección de datos se llevó a cabo a través de Google Forms y se organizó en dos bloques: el primero se centró en las percepciones sobre territorialidad y vivencia fronteriza entre Brasil, Paraguay y

Argentina, y el segundo estuvo orientado a la práctica docente, con énfasis en las formas de abordar el concepto de frontera y en los recursos didácticos movilizados en las clases. Los resultados muestran que la frontera es comprendida de manera polisémica por los participantes, oscilando entre lecturas más restringidas, centradas en el límite territorial, y lecturas más amplias, vinculadas a la integración, la circulación y la diversidad cultural. El estudio también indica que el libro de texto sigue siendo el principal recurso de apoyo, aunque su presencia, por sí sola, no asegura un abordaje situado del tema. Se concluye que la vivencia en contexto transfronterizo influye en la docencia, pero no garantiza automáticamente su conversión en una mediación pedagógica cualificada, lo que refuerza la importancia de la formación docente y de recursos didácticos más sensibles a las especificidades locales.

Palabras clave: Fronteras; Territorialidad; Formación docente; Currículo escolar; Enseñanza de la Geografía.

INTRODUÇÃO

A região transfronteiriça de Foz do Iguaçu, no oeste do Estado do Paraná, articulada cotidianamente a *Ciudad del Este* no Paraguai e a *Puerto Iguazú* na Argentina, constitui um espaço marcado por intensos fluxos de pessoas, mercadorias, línguas, normas e referências culturais. Nessa configuração, a compreensão de fronteira vai além de uma linha jurídico-territorial de separação entre Estados. Esta é entendida como realidade social, política, cultural e pedagógica marcada, simultaneamente por controle e circulação, limite e interação, assimetrias e produção de vínculos. É nessa perspectiva que este estudo se ancora, em diálogo com os estudos de Albuquerque e Sousa (2014), Cardin e Albuquerque (2018), Silva (2021) e Tallei (2019), para compreender a fronteira como experiência vivida e como contexto que interpela diretamente a escola e o ensino.

No campo educacional, essa complexidade adquire particular relevância. As escolas situadas em territórios fronteiriços convivem com estudantes cujas experiências cotidianas são caracterizadas por deslocamentos, contatos

interculturais, referências multilocais e diferentes formas de inserção no espaço social. Entretanto, tais experiências nem sempre encontram correspondência nas abordagens escolares mais generalistas, ou nos materiais didáticos institucionalizados. De acordo com o corpus da pesquisa, em regiões transfronteiriças, o currículo tende a entrar em conflito com a experiência vivida dos estudantes, o que exige maior atenção às especificidades locais e às formas pelas quais o conhecimento escolar é selecionado, organizado e ensinado.

É nesse ponto que o ensino de Geografia pode assumir centralidade. Por mobilizar categorias como lugar, território, paisagem, escala e fronteira, a Geografia escolar dispõe de instrumentos conceituais relevantes para articular o espaço vivido dos estudantes à leitura crítica do mundo. Nesse sentido, Cavalcanti (2006) assinala a importância de partir do contexto local sem perder de vista relações mais amplas, enquanto Dorfman, Filizola e Félix (2021), ao discutirem o ensino em contextos fronteiriços, destacam a necessidade de considerar as desigualdades, os fluxos e as particularidades socioterritoriais desses espaços. Ensinar Geografia na fronteira, portanto, transcende a ideia de, apenas acrescentar exemplos locais ao currículo, envolve transformar a experiência territorial em mediação pedagógica e em possibilidade de compreensão mais complexa do espaço. Nessa discussão, currículo e interculturalidade, aparecem como dimensões incontornáveis.

Neste estudo, currículo é compreendido como produção social e campo de disputa, interpelado por relações de poder que tendem a universalizar referências nacionais e homogeneizantes. Já a interculturalidade é mobilizada como princípio pedagógico de reconhecimento, diálogo e problematização das assimetrias culturais e territoriais, indo além da mera valorização abstrata da diversidade. Em consonância com Candau (2011), entende-se que a escola não pode limitar-se à reprodução do uniforme e do homogêneo, especialmente em contextos nos quais a diversidade extrapola a vida cotidiana dos sujeitos. Nesse

sentido, Pansini e Nenevé (2008), ajudam a pensar os desafios de incorporar a dimensão multicultural e intercultural aos processos de formação docente e às práticas escolares.

Na perspectiva da docência, a pesquisa parte do pressuposto de que os professores, ao aplicarem conteúdos previamente selecionados, produzem mediações a partir de seus saberes, trajetórias e experiências sociais (Tardif (2002). Este olhar para o fenômeno é importante, para compreender que os saberes docentes são constituídos ao longo da prática profissional e das vivências sociais, o que se torna particularmente expressivo em regiões transfronteiriças, nas quais a experiência do território pode influenciar a leitura que o professor faz do espaço e os caminhos que escolhe para ensiná-lo. A questão central, portanto, vai além de saber se a fronteira está presente no cotidiano dos docentes, visando compreender, como essa presença é conceituada e pedagogicamente reelaborada nas aulas de Geografia. É nesse horizonte que se insere este estudo.

A partir de um recorte de pesquisa qualitativa, desenvolvida com professores de Geografia que atuam no Ensino Fundamental da rede estadual de Foz do Iguaçu-PR, o presente texto analisa como esses docentes compreendem o conceito de fronteira e de que modo mobilizam essa temática em suas práticas pedagógicas, considerando as relações entre experiência transfronteiriça, materiais didáticos e contextualização do ensino. Ao fazê-lo, o estudo busca contribuir para o debate sobre ensino de Geografia em contextos de fronteira, evidenciando possíveis conflitos, limites e possibilidades presentes nas percepções docentes e reafirmando a necessidade de referências analíticas e didáticas dedicadas a esses territórios.

ENSINAR NA FRONTEIRA

As escolas que estão situadas no território fronteiriço contêm uma série de peculiaridades e contradições no seu ambiente interno, devido ao encontro e desencontros de sujeitos e situações que acontecem em seu interior. As tensões que compõem o cotidiano das escolas de fronteira se dão justamente no ponto onde esse projeto educativo se encontra com uma realidade diferente do contexto em que a escola está inserida, e por isso, devem ser submetidas às reflexões a respeito dos processos sociais que nela são observados.

Os livros didáticos, por exemplo, apresentam geralmente as datas comemorativas da história nacional e os territórios municipais, estaduais/provinciais e nacionais do país que os estudantes estão inseridos, tornando essas diferenças do projeto de escola-nação e de valorização das diferenças e das culturas locais, um desafio presente no cotidiano de instituições de ensino em condição fronteiriça. Essa perspectiva monocultural e homogênea na qual é pensada o currículo confronta com o cotidiano escolar fronteiriço, cujo projeto precisa ser concebido e desenvolvido de acordo com as especificidades locais, permeadas pela realidade sociocultural presente nestes espaços.

O currículo, por ser uma ferramenta pedagógica central na educação, tem se materializado em um território de disputa e de relações de poder, sendo imposto de cima para baixo, em um movimento altamente verticalizado e rigidamente hierarquizado. Sabe-se que, historicamente, o currículo escolar tem operado por um viés nacionalista, na tentativa de criar uma identidade nacional única, deixando pouco espaço para reflexões a partir dos lugares, especialmente as regiões de fronteira. No entanto, nas últimas décadas tem-se percebido um movimento maior, orquestrado por organismos e instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial entre outros, no sentido de globalizar o currículo a serviço do capital internacional.

Neste estudo, currículo é compreendido como produção social e campo de disputa, permeado por relações de poder que tendem a universalizar referências nacionais e homogeneizantes. Em regiões transfronteiriças, essa lógica entra em tensão com a experiência vivida dos estudantes. Nesse contexto, a interculturalidade e os desafios reais que a acompanham, necessitam ser tratados como princípios pedagógicos de reconhecimento, de diálogo e problematização das assimetrias culturais e territoriais. O ensino de Geografia, constitui um campo privilegiado para articular tais dimensões, uma vez que mobiliza categorias como lugar, território, paisagem, escala e fronteira para analisar criticamente o espaço vivido.

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), e a elevação do status de importância das avaliações em larga escala no país, como a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), refletem o quão empenhadas estão, essas forças transnacionais, alinhadas a movimentos ideológicos nacionais, de militarização da educação e de interesses econômicos ligados ao setor educacional, de territorializar o currículo nacional com ênfase nos livros didáticos, principal instrumento de ensino dos professores da educação básica, antes das reformas neoliberais da educação impostas pelo atual Governo do Estado do Paraná.

A escola, apesar das transformações em curso, ainda é um ponto de encontro de gerações e é considerado um espaço de integração em um estabelecimento público, podendo ser entendida como um equipamento que visa atender os sujeitos inseridos no seu contexto. É importante que esta ofereça aos seus estudantes, bases conceituais que lhes permitam identificar e posicionar-se frente às constantes mudanças e transformações contemporâneas. Encarregada de homogeneizar e padronizar, a escola mal pode apreciar as diferenças e, por isso, Candau (2011) indica em seus textos que é indispensável instrumentalizar didaticamente a escola, para que seja possível trabalhar com a diversidade

contida em seu interior. Cabe à escola assegurar a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã de seus estudantes, estabelecendo uma relação autônoma crítica com a cultura, para que se tornem participantes em todas as instâncias da vida social contemporânea. Desta maneira, reforça-se a necessidade de uma educação voltada para a construção de uma cidadania consciente e ativa.

Neste estudo, com base em Albuquerque e Souza (2014), Cardin e Albuquerque (2018), Silva (2021) e Tallei (2019), a fronteira é compreendida para além da linha jurídico-territorial de separação entre Estados, sendo entendida mais como espaço social, político, cultural e pedagógico marcado simultaneamente por controle e circulação, limite e interação, assimetria e produção de vínculos. Nessa perspectiva, a fronteira é uma realidade vivida, atravessada por fluxos de pessoas, mercadorias, línguas, identidades e conflitos, o que exige abordagens pedagógicas capazes de ultrapassar leituras estritamente estatais e cartográficas do fenômeno.

Ensinar na fronteira coloca uma provocação, para os professores e para os estudantes, em se reconhecerem como parte da construção do conhecimento e representações do mundo que os cerca. Neste sentido, o ensino da Geografia pode contribuir como um canal de diálogo entre os estudantes a partir de suas histórias, e propor a prática educacional a partir das suas experiências. Pansini e Nenevé (2008) coloca que um dos desafios para a construção de uma proposta de educação multicultural, é a incorporação desta temática nos currículos das instituições destinada à formação de professores.

O corpo docente é mobilizado a produzir novos saberes a partir de suas práticas (Tardif, 2002) e, por esta perspectiva, eles são constituídos ao longo de suas vivências de prática da profissão e de suas vivências sociais; subsidiados pela compreensão das relações existentes entre a prática profissional e a constituição de saberes: é no cotidiano escolar, nas relações de socialização profissional que

os saberes emergirão, de forma temporal. Ter presente a dimensão cultural potencializa os processos de ensino e de aprendizagem, tornando-os mais significativos e produtivos (Candau, 2011). As observações dos professores Bohrer, Rockenbach e Kaercher (2021) feitas a partir das suas práticas em sala de aula afirmam que o cotidiano da fronteira consegue ultrapassar o muro das instituições de ensino e se colocar mais presente nas salas de aula, aonde a diversidade de saberes e vivências tem a possibilidade de render frutos a partir do encontro.

A escola contribui para a formação humana e pode impedir ou reproduzir práticas discriminatórias, favorecendo ou dificultando a construção de um ambiente propício para a constituição de uma visão crítica do mundo, a depender do projeto político pedagógico que está sendo trabalhado. Candau (2011) aponta que a escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados. E esta tarefa passa por processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes, a utilização de pluralidade de linguagens, estratégias pedagógicas e recursos didáticos e o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto escolar.

Para um maior entendimento dos diferentes fluxos da região fronteira, é importante observar quão importante é a utilização de práticas escolares diferentes das tradicionais, no sentido de que os estudantes compreendam e atuem sobre essa realidade complexa. Para que estes entendam os espaços na sua vida cotidiana é necessário que aprendam a olhar, ao mesmo tempo, para um contexto mais amplo e global, do qual todos fazem parte, e para os elementos que caracterizam e distinguem seu contexto local. (Cavalcanti, 2006, p. 32).

O fronteiroço coloca à escola um desafio de transgredir o formato disciplinar para um caráter interdisciplinar e intercultural que, através do diálogo e convivência, criam relações pedagógicas que atravessam o currículo. O espaço geográfico, como um produto social e histórico, é uma ferramenta que permite

analisar a realidade, tanto na sua dimensão material quanto na sua representação. Ao conhecer e respeitar “o outro”, para além de uma cooperação transfronteiriça, rompe-se com a perspectiva da “escola-barreira”, que é construída num cenário nacionalista e militar e começamos a pensar numa “escola-ponte” (Albuquerque e Souza, 2014).

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, por buscar compreender os sentidos atribuídos por professores de Geografia ao conceito de fronteira e os modos como essa temática é mobilizada em suas práticas pedagógicas no contexto transfronteiriço de Foz do Iguaçu-PR (Minayo, 2012; Bogdan; Biklen, 1994; Flick, 2009).

O estudo foi desenvolvido com docentes que atuavam no Ensino Fundamental da rede estadual de ensino no município, tomando como critério de inclusão o exercício da docência em Geografia nesse nível e contexto escolar. Participaram da pesquisa, 11 professores, contatados por meio da técnica de amostragem em cadeia, conhecida como bola de neve, na qual participantes iniciais indicam novos colaboradores pertencentes ao mesmo universo social e profissional, estratégia especialmente pertinente em pesquisas qualitativas que dependem de redes de reconhecimento entre pares (Baldin; Munhoz, 2011).

Os primeiros participantes a receber o link do formulário, encaminhado via WhatsApp, foram docentes vinculados a uma escola parceira da pesquisa, com a devida autorização da direção do colégio. A partir desse contato inicial, novos participantes foram sendo indicados, o que possibilitou a ampliação gradual do grupo de respondentes.

A produção do corpus empírico ocorreu por meio de questionário disponibilizado na plataforma Google Forms, composto por 11 questões abertas, organizadas em dois blocos: o primeiro voltado às percepções sobre

territorialidade e vivência fronteiriça entre Brasil, Paraguai e Argentina, e o segundo direcionado à prática docente, com ênfase nas formas de abordagem do conceito de fronteira e nos recursos didáticos mobilizados nas aulas.

O instrumento permaneceu em circulação por 30 dias, entre abril e maio de 2021, no contexto da pandemia de Covid-19. Embora o questionário tenha sido composto por 11 questões abertas, este artigo mobiliza apenas as respostas diretamente relacionadas ao objetivo do recorte aqui apresentado, especialmente aquelas relativas às percepções docentes sobre a influência do cotidiano fronteiriço, às definições atribuídas ao conceito de fronteira, à presença do tema nos materiais didáticos e às relações entre vivência estudantil e ensino de categorias geográficas. As demais questões integraram a pesquisa mais ampla, mas não foram exploradas neste texto por não constituírem o foco analítico central do artigo.

A opção por perguntas abertas permitiu que os participantes explicitassem, em suas próprias palavras, experiências, compreensões e desafios relacionados ao ensino de Geografia em contexto fronteiriço. As respostas foram organizadas como corpus qualitativo e submetidas à análise de conteúdo, à luz de Bardin (2016), em processo que envolveu leitura flutuante do material, identificação de unidades de sentido, codificação inicial, agrupamento temático e construção de categorias analíticas.

As frequências apresentadas nos gráficos foram utilizadas como apoio descritivo para a exposição dos resultados, sem deslocar o foco qualitativo da investigação, sendo interpretadas em articulação com os enunciados dos participantes e com o referencial teórico do estudo. A suficiência analítica do corpus foi considerada a partir da recorrência de sentidos nas respostas, associada ao prazo de circulação do instrumento e à adequação do material ao objetivo deste artigo, o que permitiu identificar regularidades, tensões e

deslocamentos nas percepções docentes sobre fronteira e ensino de Geografia em contexto transfronteiriço.

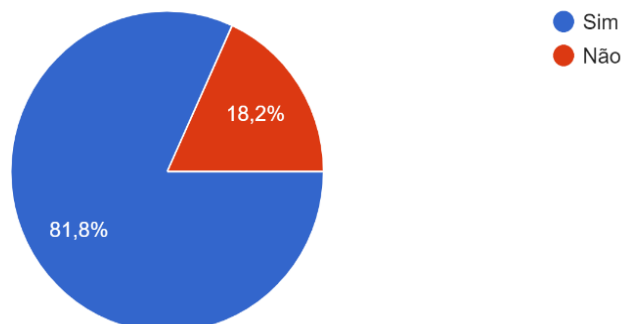
RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as respostas dadas pelos professores na primeira pergunta, conforme o gráfico 1 a seguir, a maioria dos entrevistados (81.8% dos professores), percebem que o fato de viverem em uma cidade fronteiriça influencia, de alguma forma as suas vidas diárias. A justaposição de diversos símbolos, signos e significados são interpretados de diferentes maneiras por cada sujeito e sua forma particular de explicar o que representa o cotidiano fronteiriço. Um segundo grupo de professores (18,2%), não sentem qualquer influência em seu cotidiano, por viverem em uma cidade de fronteira. Existem diferentes formas de estar e perceber um lugar; e este pluralismo epistemológico, baseado na sua origem e na forma de perceber o mundo, acabam por influenciar a forma como cada um constrói sua aula. Estes saberes que estão na trajetória pré-profissional dos professores, têm um peso importante na mobilização dos saberes que serão abordados e utilizados no exercício do magistério (Tardif, 2002).

Gráfico 1: Influência do cotidiano fronteiriço

2- Viver em uma cidade fronteiriça influencia no seu cotidiano?

11 respostas

**Fonte:** Elaboração dos autores (2024).

Os dados do Gráfico 1 indicam que a maior parte dos docentes reconhece que viver em cidade de fronteira influencia seu cotidiano. Esse resultado sugere que a experiência territorial não permanece externa ao trabalho pedagógico, mas tende a constituir um repertório de percepções que perpassa o modo como o professor lê o espaço e seleciona conteúdos. À luz de Tardif (2002), isso reforça o peso dos saberes experienciais e pré-profissionais na docência. Em contexto transfronteiriço, tal repertório pode favorecer abordagens mais situadas do ensino de Geografia, desde que a experiência vivida seja convertida em mediação pedagógica.

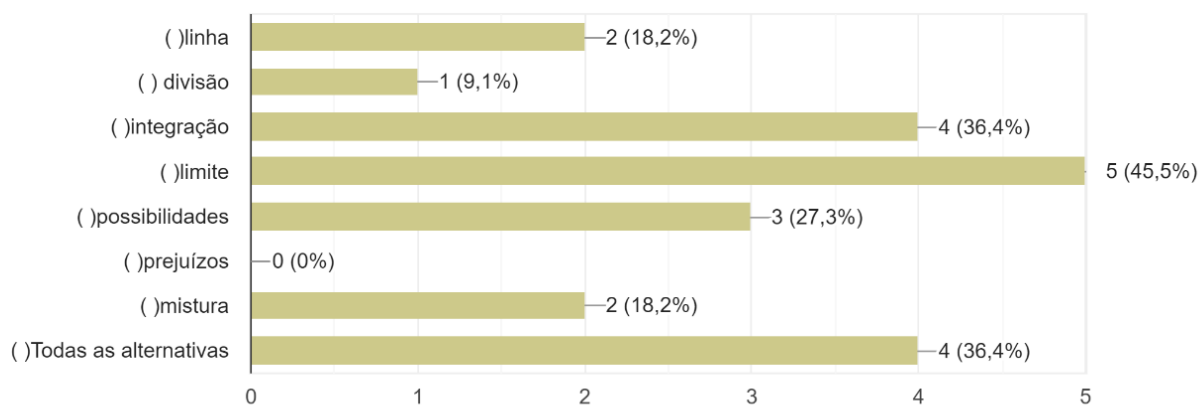
Em outras palavras, quando questionados acerca de sua compreensão sobre a fronteira, os professores deixam aparecer o sujeito “epistêmico” e “existencial” que se coloca diante do mundo em relação com o conhecimento a partir de sua vivência e memória, os exemplos, esquemas, procedimentos e representações a partir das quais organiza as novas informações (Tardif, 2002, p. 104). Entendendo que a fronteira nacional é um dispositivo simbólico, cuja representação está condicionada à desenhos, fotos, mapas, reportagens etc., que está presente na experiência das populações transfronteiriças (Cardin e

Albuquerque, 2018, p. 279), verificou-se que o entendimento dos professores (72,8%) passa pelas palavras “limite”, “linha” e “divisão”.

Gráfico 2: Definições de fronteira

1- O que é fronteira para você? Como você define e entende a cidade de fronteira?

11 respostas



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Trabalhar na docência em território fronteiriço é uma circunstância que apresenta uma série de desafios que são ligados à uma prática docente de questionamentos e reflexões para a compreensão dessa realidade complexa e que só são possíveis a partir da formulação de novas práticas docentes. Ao buscar compreender as relações que permeiam o ensino do conceito de fronteira, a pesquisa buscou dialogar com as especificidades da temática dos conteúdos da disciplina de geografia.

Os resultados do Gráfico 2 mostram a predominância de definições associadas a “limite”, “linha” e “divisão”, o que revela a força de uma leitura jurídico-territorial e estatal da fronteira. Ao mesmo tempo, a presença de respostas ligadas à integração indica que parte dos docentes, já opera com compreensão mais relacional e processual do fenômeno. A tensão entre essas duas perspectivas ajuda a explicar a heterogeneidade das práticas pedagógicas identificadas ao longo do estudo.

As fronteiras nos convidam para construir outras perspectivas, usualmente interdisciplinares com características transfronteiriças que problematizam algumas limitações acadêmicas e certezas intelectuais. Considerando que o espaço da fronteira tem um significado político, econômico, cultural e social de caráter polissêmico, o profissional da educação em Geografia tem elementos que contribuem para criar junto aos seus estudantes, uma compreensão maior do espaço em que vivem e das dinâmicas do mundo em contínua transformação.

Considerando que o espaço da fronteira tem múltiplos significados, que passam pelos políticos, econômico, cultural, as especificidades desse local demonstram como não somente os países, mas também as pessoas se inter-relacionam em suas assimetrias. Aqui cabe como exemplo a imagem do caleidoscópio, que justapõe e mistura as cores, que mudam conforme a movimentação e que a partir desta dinâmica cria novas relações entre as formas. As respostas revelam que, para essa pergunta, existe uma maior complexidade e varia, dependendo de quem a responde. Nesse sentido, nomear os limites, sejam eles físicos ou demarcações entre países, as zonas próximas aos pontos limítrofes e suas inter-relações varia conforme a experiência de cada sujeito.

Partiendo de la reflexión que lo educativo se encuentra íntimamente ligado a como se piensa la región. Dado esto, pensar una política de formación docente permanente, desde y para la frontera, implica pensar la región y el contexto en el cual los/las docentes realizan su tarea cotidiana, exigiendo pensar la frontera desde sus múltiples sentidos: económico, geográfico, histórico, social y discursivo (Tallei, 2019, p. 162).

Nesta condição, o ato pedagógico exige uma preparação e reflexão diferenciada, para aqueles professores que reconhecem e pensam a singularidade da fronteira, ainda que seja possível ensinar em uma cidade de fronteira dentro da lógica do nacional, sem uma abertura para essa outra possibilidade. Isso implica na necessidade de trazer a fronteira para o centro do

debate, buscando outras possibilidades, como de revelar novas dimensões de organização social a partir de um objeto de estudo que vai exigir uma constante redefinição advinda de toda comunidade epistêmica. Ao forçar uma problematização dos lugares comuns, as fronteiras convidam a buscar perspectivas mais interdisciplinares com foco nas diversas maneiras de pensar a cidadania, as línguas, as assimetrias territoriais e sobreposição de identidades e suas misturas culturais.

Entre os professores que responderam ao questionário, 36,5% escolheram todas as alternativas das que foram sugeridas. O mesmo número apareceu com respostas que consideram a fronteira apenas como limite. As respostas que consideram também os sistemas sociais, políticos e econômicos que dividem e unem simultaneamente uma, duas ou mais situações começam a tatear a complexidade de definição do que é a fronteira. A exemplo de 4 professores que trabalham com a fronteira a partir do conceito de integração, apontado no questionário. A partir de um ensino que englobe a fronteira, entende-se que os processos históricos de construção da fronteira devem ser considerados, assim como as suas manifestações físicas, os fluxos, atravessamentos e os movimentos transfronteiriços, a paisagem e a distribuição de recursos naturais, os esquemas de permissividade e de opressão que se fazem presentes no cotidiano de quem vive na fronteira. Presente nas respostas dos entrevistados, a palavra “possibilidades” foi marcada 3 vezes.

Buscar a articulação da singularidade da fronteira para além da perspectiva nacional é um desafio para os professores de Geografia (mas não somente para eles) que, ao tecer seu trabalho junto aos seus estudantes, podem investigar essas relações presentes em sua localidade, a fragmentação do espaço, relações entre as decisões políticas e econômicas que afetam a região, sobre a diversidade cultural e a dinâmica de contínua transformação, entre outros temas que podem ser abordados em sala de aula.

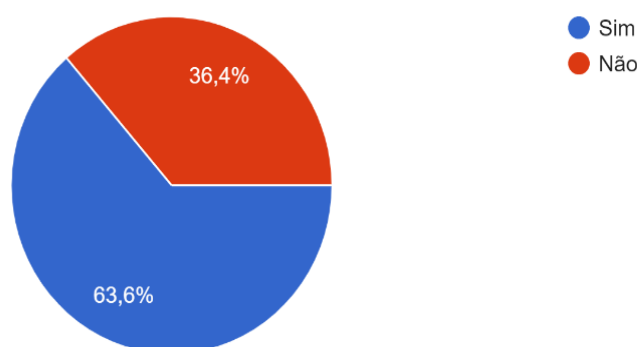
O pensar geográfico implica na contextualização do próprio estudante como cidadão do mundo a partir do seu lugar. E, ao situar espacialmente os fenômenos do mundo em que vive, faz com que propicie o entendimento deste espaço nas suas práticas sociais, e é indispensável para a formação dos sujeitos participantes da vida social.

O Gráfico 3 a seguir, demonstra que, para os professores entrevistados, 63,6% conseguem perceber a fronteira nos materiais didáticos encaminhados pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR). Sabe-se que o livro didático sempre desempenhou um papel central na educação, no entanto, é importante considerar a necessidade de combinação com outros recursos de ensino-aprendizagem, a serem pensados para atender e alcançar uma aprendizagem significativa, em um maior número de estudantes possível e suas respectivas demandas cognitivas.

Gráfico 3: O conceito de fronteira nos materiais didáticos

4- O conceito de fronteira está presente nos conteúdos geográficos, ou nos materiais didáticos encaminhados pela SEED-PR aos professores de Geografia de Foz do Iguaçu?

11 respostas



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

O Gráfico 3 evidencia ainda que, embora parcela expressiva dos participantes reconheça a presença do tema fronteira nos materiais didáticos, tal

presença não parece suficiente para garantir abordagem aprofundada e contextualizada. O dado sugere que o problema pode não derivar de apenas ausência temática, mas do modo como a fronteira é curricularizada e didatizada, frequentemente sem densidade intercultural e sem aderência à experiência local dos estudantes.

Para escolher o material didático, os professores precisam considerar o currículo que a escola propõe, em consonância com o método de ensino-aprendizagem que será usado em sala de aula. Por estarem dissonantes à norma nacional, as escolas de fronteira colocam um desafio aos professores de geografia frente ao currículo e aos materiais didáticos no que toca sua ação frente às demandas de explicar sua localidade. Considerando que o livro didático desempenha um importante papel na mediação do conteúdo e desempenha um significativo alicerce nos processos de ensino-aprendizagem, os manuais didáticos escolhidos podem atuar como estímulo aos estudantes. Ainda que devesse ser importante, não deve ser entendido como única fonte de conhecimento, haja vista a enorme gama de possibilidades, incluindo aí as novas tecnologias que estão presentes no dia a dia dos estudantes.

Quando em região de fronteira, existem outras territorialidades e históricos escolares que diferem entre os países, de modo que influenciam o cotidiano escolar, o sistema escolar também é um demarcador da lógica do Estado-nação, feita por meio de suas práticas e saberes que a reforçam. “É a existência da educação nacional que compõe o horizonte abrangente tanto de similaridade quanto de tensão para as escolas em contextos fronteiriços” (Silva, 2021, p. 36). A vivência na escola que se localiza na fronteira faz lembrar que a condição geográfica também se expressa nas relações pedagógicas que dialogam com o currículo.

Dentro das perguntas formuladas, havia o interesse em entender como os professores percebiam a relação entre a vivência dos estudantes no território

fronteiriço e quais eram as percepções deles no entendimento dos conceitos de lugar, paisagem, território e espaço geográfico, que são categorias fundamentais para a construção do pensamento geográfico. As respostas puderam ser categorizadas em três grupos, que foram divididos para compreender a ideologia e seu funcionamento imaginário articulado com os conceitos que estão sendo pesquisados.

Para cada categoria foram separados blocos de perguntas que têm relações entre si: o primeiro grupo descreve a fronteira no campo da integração, levando em conta processos interculturais. No segundo bloco de respostas estão focados a relação das crianças com o ambiente fronteiriço em função do trabalho de seus pais. No terceiro grupo de respostas está a vivência dos estudantes que não participam do ambiente fronteiriço apesar de viverem numa cidade de fronteira.

Para os professores P1 e P11 encontra-se um discurso de integração fronteiriça pela cultura, podendo ser trabalhado com os estudantes com os exemplos de circulação de mercadorias e pessoas, bem como o tensionamento teicopolítico³ e xenofobia em períodos de crise. Nas palavras de P1, em Foz do Iguaçu é possível perceber

a questão de fronteira através dos povos estabelecidos nesta região, bem como através da circulação de produtos, pessoas, leis e normas de cada país da tríplice fronteira. A articulação em sala de aula com os estudantes, depende muito do tema que estou trabalhando. Na realidade, sempre construo o pensamento através do quesito regional para que todos os estudantes tenham uma percepção melhor do conteúdo através das experiências locais de fronteira. Isso no caso, quando o conteúdo possibilite a reflexão e o entendimento sobre questão de fronteira (P1).

³ De acordo com Rosière (2015, p. 370), a teicopolítica, tem se firmado como política de construção de muros em diferentes escalas, tornando-se uma nova forma geopolítica de ordenamento espacial.

Para além da investigação de questões que estejam relacionadas ao saber geográfico escolar, é preciso que seja trabalhada uma docência que considere que a aprendizagem seja efetiva, sendo necessário levar em conta, as características socioculturais, intelectuais e afetivas de seus estudantes. Conforme indicado por Cavalcanti (2006), a experiência tem mostrado a ineficácia de se ensinar conceitos às crianças ou aos jovens, apenas transmitindo a eles aquele definido no livro ou elaborado pelo professor. Neste sentido, a autora pontua que o professor propicie condições para que o estudante possa formar, ele mesmo, um conceito (Cavalcanti, 2006). Faz-se necessário, portanto, considerar as especificidades e as relações cotidianas, relacionando estas aos conceitos que precisam ser ensinados. A necessidade de exercer esta prática fica evidente na fala do professor P11, quando se expressa a respeito dos aspectos transfronteiriços que perpassam os conteúdos da disciplina, seja pela vivência dos estudantes ou seja pelas notícias que circulam sobre o território da tríplice fronteira. Assim, para P11, o que ajuda a integrar o conhecimento do conceito, a experiência na fronteira são

124

Tensionamentos no cotidiano devido a aspectos sociais, com a intensificação radical da xenofobia em períodos de crise econômica e fragmentações culturais decorrentes das divisões modernas que foram hierarquicamente estabelecidas entre os territórios, sem considerar a integração orgânica que une esses espaços, tanto nos aspectos culturais quanto populacionais.

A multiplicidade das fronteiras e das relações de poder por meio de seus limites é abordada por uma de suas dimensões mais ricas, mas muitas vezes negligenciada: a pedagógica. “La ciudad de Foz de Iguazú es multicultural y diversa pero aún de avanzar para constituirse en una ciudad realmente, transcultural y plurilingüe, em el reconocimiento de todas sus lenguas y culturas” (Tallei, 2019, p. 163); isto implica em pensar que o contexto no qual os professores realizam suas tarefas cotidianas exigem que se pense a fronteira desde seus múltiplos sentidos. O professor P9 coloca que “Percepções de diferentes escalas cartográficas e

geográficas que podem ser exploradas no cotidiano das pessoas por diferentes representações espaciais”, assinalando a forma de ensinar, para que nesta seja aproveitada a relação de seus estudantes com a fronteira.

No segundo bloco de respostas, percebeu-se uma aproximação com o tema da fronteira a partir do trabalho dos pais dos estudantes. De acordo com o P5: “O uso do imaginário e ambientação a vivência dos estudantes promovem estreitos laços com a temática, muitas vezes já há conhecimento prévio advindo do ambiente familiar sobre o tema”; e com o professor P8: “Com o trabalho da família dos estudantes no trabalho informal no Paraguai”. É neste contexto que as tensões constitutivas do Estado-Nação se fazem presentes na escola: Os conceitos do Estado-Nação vão sendo instituídos na vida das crianças fronteiriças paralelamente por intermédio dos conteúdos escolares e a partir das vivências com os pais, familiares, ou responsáveis, seja por meio de experiências no trabalho de forma legal, ou muitas vezes de forma ilícita, trabalhando no transporte de mercadorias. A escola é um território onde o modo de vida fronteiriço e suas diversas camadas e sobreposições de vida cotidiana (trabalho legal/ilegal), do direito (como a participação na educação pública) e a vida (condição material de sobrevivência, o trabalho dos adultos) se encontram, ora radicalizando ora relativizando os limites.

O entorno socioespacial da escola, a geografia de oportunidades nela instalada, constituem fatores da escala local que repercutem sobremaneira na construção das desigualdades de oportunidades, bem como das desigualdades escolares. É nesse território que são travadas relações sociais com forte grau de complexidade. (Dorfmann; Filizola; Félix, 2021, p. 21)

O terceiro grupo apresenta duas respostas que se colocam de forma contraditória com o restante. De acordo com o professor P6, a relação dos estudantes com a vivência na fronteira é “Muito precária, os estudantes não conhecem o lugar em que vivem.” O mesmo se dá com a percepção do professor

P10: “Articulação pouco relevante e longe da realidade do estudante.” Aqui percebe-se o tamanho do desafio dos docentes, já que, mais do que ensinar conteúdos, é preciso ensiná-los a desenvolver suas capacidades e habilidades para agir na comunidade onde estão inseridos. Parte dessas habilidades consiste em criar e recriar ambientes que possibilitem o desenvolvimento de atitudes indagadoras diante de cada realidade conflitante, com capacidade de análise frente aos fatos de seu contexto socioespacial.

Entre as finalidades do ensino de Geografia está o de auxiliar na formação de uma mentalidade crítica, que alcance novos entendimentos a partir da análise das relações socioespaciais e de outros universos culturais, para pensar o espaço de forma abrangente e proporcionando uma dimensão que aproxima sujeitos dos seus espaços vividos. Para o corpus teórico deste estudo, o papel da escola é formar cidadãos que estabeleçam relações críticas e construtivas com o saber, que sejam potenciais transformadores da vida social contemporânea. Neste contexto, a escola é entendida como mediação entre o individual e o social, articulando a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte do estudante e dessa articulação é construído o saber criticamente reelaborado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo⁴ analisou como professores de Geografia que atuam no Ensino Fundamental da rede estadual de Foz do Iguaçu-PR compreendem o conceito de fronteira e de que modo mobilizam essa temática em suas práticas pedagógicas, considerando as relações entre experiência transfronteiriça, materiais didáticos e contextualização do ensino.

Os resultados permitem afirmar que a fronteira ocupa lugar relevante no cotidiano dos docentes investigados, mas sua incorporação ao ensino não ocorre

⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

de forma homogênea, nem linear. Ao contrário, o estudo evidenciou que as percepções docentes sobre a fronteira são diversas e repercutem diretamente nas formas de construir conteúdos, analisar o espaço vivido e organizar pedagogicamente o trabalho com os estudantes.

A análise evidenciou que a fronteira é significada pelos participantes de modo polissêmico, oscilando entre leituras mais restritas, centradas em noções como linha, limite e divisão territorial, e leituras mais amplas, abertas à integração, à circulação, à diversidade cultural e às dinâmicas sociais, políticas e econômicas próprias da vida transfronteiriça. Essa heterogeneidade é significativa porque revela que a experiência de viver e atuar em uma região de fronteira, embora importante, não produz automaticamente uma mediação pedagógica crítica ou contextualizada. Em outras palavras, a proximidade com o fenômeno não elimina, por si só, simplificações conceituais nem garante sua transformação em objeto de leitura geográfica mais densa.

Os dados também indicam que a docência em Geografia, no contexto investigado, é fortemente permeada por saberes experienciais, trajetórias pessoais e modos distintos de relação com o território. Enquanto parte dos professores demonstra maior abertura para abordar a fronteira a partir de suas contradições, fluxos, conflitos e interações cotidianas, outros tendem a mobilizar compreensões mais convencionais, menos articuladas à complexidade do espaço vivido pelos estudantes. Nesse sentido, a pesquisa sugere que a condição fronteira constitui elemento relevante da prática docente, mas sua presença na escola depende de processos de elaboração pedagógica que ultrapassem a simples vivência local e permitam transformar experiência em conhecimento escolar.

No que se refere aos materiais didáticos, os resultados apontam que, sua presença, não assegura, por si só, uma abordagem suficientemente centrada da temática. Ainda que o livro didático e outros recursos sejam reconhecidos como

apoio importante ao trabalho docente, o estudo aponta que a inserção da fronteira no ensino, tende, muitas vezes, a permanecer episódica, genérica ou dependente da iniciativa individual do professor. Isso reforça a necessidade de ampliar a produção e a circulação de materiais mais sensíveis às especificidades das regiões transfronteiriças, capazes de favorecer articulações entre categorias geográficas, experiência cotidiana e leitura crítica do lugar. Mais do que incluir o tema de modo pontual, trata-se de qualificá-lo pedagogicamente.

Do ponto de vista das implicações educacionais, a pesquisa evidencia a importância de fortalecer processos de formação inicial e continuada que auxiliem os docentes a trabalhar a fronteira para além de sua dimensão jurídico-territorial, incorporando também aspectos históricos, culturais, econômicos, linguísticos e identitários que estruturam a vida social nesses espaços. Tal movimento pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas, capazes de aproximar o ensino de Geografia do universo vivido pelos estudantes e de ampliar suas possibilidades de interpretação do mundo. Nesse horizonte, a interculturalidade se apresenta menos como um adorno discursivo e mais como uma possibilidade de leitura pedagógica para compreender diferenças, conflitos, aproximações e desigualdades que perpassam a vida em regiões de fronteira.

Os resultados sugerem ainda que, um dos desafios centrais para o ensino de Geografia em contexto fronteiriço consiste na capacidade de converter a vivência local, em mediação pedagógica significativa. Embora a maioria dos docentes reconheça que o cotidiano fronteiriço incide sobre suas práticas e percepções, o estudo evidencia que essa experiência não se traduz, de forma homogênea, em abordagens didáticas concretas e contextualizadas. Persistem, entre os participantes, compreensões distintas do conceito de fronteira, o que indica a necessidade de maior investimento na articulação entre formação

docente, seleção de conteúdos, leitura do território e construção de estratégias didáticas comprometidas com o espaço vivido.

Em síntese, o artigo indica que ensinar Geografia em territórios transfronteiriços exige mais do que reconhecer a existência da fronteira como tema escolar. Exige compreendê-la como realidade concreta, complexa e constitutiva da vida de estudantes e professores, capaz de produzir implicações formativas relevantes para o currículo, para a leitura geográfica do lugar e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais críticas. Ao evidenciar conflitos, limites e possibilidades presentes nas percepções docentes, o estudo contribui para o debate sobre ensino de Geografia em contextos de fronteira e reafirma a necessidade de produzir referências analíticas e didáticas mais situadas para esses territórios.

Como limite, registra-se o recorte específico do corpus e o uso de questionário on-line como principal instrumento de produção das informações, o que, embora adequado aos objetivos do estudo, não permite acompanhar mais de perto a materialização dessas concepções nas práticas concretas de sala de aula. Pesquisas futuras podem aprofundar essa agenda, por meio de entrevistas, observação de aulas, análise de planejamentos e investigação de materiais produzidos pelos próprios docentes, ampliando a compreensão sobre como a fronteira é ensinada, apropriada e ressignificada no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; SOUSA, Flávia Alves de. Escolas de fronteira: percebendo diferenças, construindo pontes. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 29., 2014, Natal, RN. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal: Associação Brasileira de Antropologia; UFRN,

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In:

Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2011.

BOHRER, Marcos; ROCKENBACH, Igor Armindo; KAERCHER, Nestor André. Dimensões docentes em instituições federais na fronteira. In: DORFMAN, Adriana; FÉLIX, Julian Mokwa; FILIZOLA, Roberto (org.). **Ensinando fronteiras: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade**. Porto Alegre: Letra1; Diadorim, 2021. p. 83-105.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2017.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, dez. 2011.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 114-131, jan./abr. 2018. DOI: 10.20336/rbs.236.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Bases teórico-metodológicas da geografia: uma referência para a formação e a prática de ensino. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves et al. (org.). **Formação de professores: concepções e práticas em geografia**. Goiânia: E.V., 2006.

DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FÉLIX, Julian Mokwa. Ensinar a fronteira: uma introdução. In: DORFMAN, Adriana; FÉLIX, Julian Mokwa; FILIZOLA, Roberto (org.). **Ensinando fronteiras: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade**. Porto Alegre: Letra1; Diadorim, 2021. p. 11-26.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PANSINI, Flávia; NENEVÉ, Miguel. Educação multicultural e formação docente. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 8, n. 1, p. 31-48, jan./jun. 2008.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), Ensino Fundamental**. Curitiba: SEED, 2019.

ROSIÈRE, Stéphane. Mundialização e teicopolíticas: análise do fechamento contemporâneo das fronteiras internacionais. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 369-388, maio 2015.

SILVA, Regina Coeli Machado e. Escola e educar na fronteira: atos do Estado se (des)fazendo em seus limites. In: DORFMAN, Adriana; FÉLIX, Julian Mokwa;

FILIZOLA, Roberto (org.). **Ensinando fronteiras: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade**. Porto Alegre: Letra1; Diadorim, 2021. p. 27-58.

TALLEI, Jorgelina. Pensando uma pedagogia de fronteira desde a cidade de Foz do Iguaçu, Brasil. **Revista MERCOSUR de Políticas Sociais**, v. 3, p. 156-164, dez. 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Artigo submetido em: 13 de maio de 2024.

Artigo aceito em: 05 de março de 2026.

Artigo Publicado em: 14 de abril de 2026.